

INCENTIVO À NATALIDADE

Ex.mo Senhor
Presidente da Câmara Municipal de Terras de Bouro

Requerente: _____

Morada: _____

Código Postal: _____ - _____ Freguesia: _____ Concelho: _____

BI/C. Cidadão: _____ Arquivo: _____ Validade: ____/____/____

NIF: _____ Profissão/Atividade: _____

Telefone: _____ Telemóvel: _____ Fax: _____

Correio Eletrónico: _____

Qualidade: Mãe Pai Outro: qual _____

I – IDENTIFICAÇÃO DO PAI

Nome do pai: _____

BI/C. Cidadão: _____ Arquivo: _____ Validade: ____/____/____

NIF: _____ Código do Serviço de Finanças: _____

Estado Civil: _____ Profissão: _____

Morada: _____

Freguesia: _____ N.º de Eleitor: _____

II – IDENTIFICAÇÃO DA MÃE

Nome da mãe: _____

BI/C. Cidadão: _____ Arquivo: _____ Validade: ____/____/____

NIF: _____ Código do Serviço de Finanças: _____

Estado Civil: _____ Profissão: _____

Morada: _____

Freguesia: _____ N.º de Eleitor: _____

III – OBJETO DO REQUERIMENTO

Vem requer a atribuição de incentivo à natalidade pelo nascimento do(a) filho(a) _____
_____, ocorrido em ____/____/____, natural da
freguesia de _____, concelho de Terras de Bouro.

IV – COMPOSIÇÃO DO AGREGADO FAMILIAR

N.º	NOME	DATA NASC.	SEXO	GRAU DE PARENTESCO	PROFISSÃO
1					
2					
3					
4					
5					
6					

V- BENEFÍCIO

Vacinas não Incluídas no Plano Nacional de Vacinação - vacina contra o meningococo/ vacina contra o rotavírus: indicar qual _____ / artigos de puericultura, bens alimentares e de higiene para bebés.

As vacinas e os artigos para bebé serão adquiridos na seguinte farmácia: _____

VI – TERMO DE RESPONSABILIDADE

Declara, sob compromisso de honra que são verdadeiras as informações constantes deste requerimento e a autenticidade da informação constante dos documentos comprovativos que anexa, tem perfeito e integral conhecimento das obrigações e sanções a que fica sujeito no caso de inexatidões ou prestação de falsas declarações, e que tomou conhecimento do Regulamento de Incentivo à Natalidade, publicado no Diário da República nº 247 – 2ª série, de 27/12/2011, conjugado com as retificações publicadas no Diário da República nº 78-2ª série, de 19/04/2012, cuja cópia lhe foi entregue.

Para o efeito, anexa os seguintes elementos necessários para análise:

- Cópia do C.C. ou B.I. e NIF de todos os elementos do agregado familiar
- Cópia da Certidão de Nascimento ou documento comprovativo do registo da criança
- Atestado emitido pela Junta de Freguesia onde conste em relação aos progenitores: Número de eleitor e data de inscrição; residência exclusiva e efetiva há mais de um ano; composição do agregado familiar
- Comprovativo de pagamento de dois serviços públicos essenciais prestados por duas entidades distintas, nos três meses que antecedem a data do requerimento (v.g. eletricidade, telecomunicações, água, saneamento)
- Comprovativo de pagamento de dois serviços públicos essenciais prestados por duas entidades distintas, no 12.º mês anterior ao nascimento (v.g. eletricidade, telecomunicações, água, saneamento)
- Receita médica com a indicação das vacinas prescritas
- Comprovativo da residência fiscal no concelho há mais de um ano (situação cadastral atual e histórico da apresentação das Declarações de IRS ou outro documento emitido pela Repartição de Finanças)
- No caso dos progenitores não integrarem o mesmo agregado familiar: juntar certidão judicial que comprove a quem foi atribuída a guarda do menor, de forma definitiva e transitada em julgado.

<p>Pede deferimento,</p> <p>Terras de Bouro, _____ de _____ de 20____</p> <p>O requerente,</p> <p>_____</p> <p>B.I./C.C. _____ emitido/válido até ____/____/____ Arquivo _____</p> <p><small>(Dados a preencher pelo signatário, nos termos do Decreto – Lei n.º 250/96, de 24 de dezembro)</small></p>	<p>Reservado aos Serviços</p> <p>Registo n.º: _____</p> <p>Data: ____/____/____</p> <p>O Funcionário,</p> <p>_____</p>
---	---

Informação de Recolha de Dados Pessoais

O Município de Terras de Bouro, responsável pelo tratamento dos dados deste documento, e eventuais anexos, informa que:

- a) A finalidade do tratamento dos dados pessoais é a expressa no presente documento e eventuais anexos;
- b) O fundamento legal desse tratamento é o fornecimento de bens e/ou prestação de serviços, e o cumprimento das obrigações contratuais e legais daí decorrentes na prossecução do interesse público e exercício de autoridade pública.
- c) Os dados serão tratados por entidades terceiras/subcontratantes apenas por força de disposição legal ou por estrita necessidade da efetivação das finalidades referidas.
- d) Os dados pessoais recolhidos, serão somente conservados pelo tempo estritamente necessário ou cumprimento de prazo fixado por Lei.
- e) O titular dos dados pode exercer os direitos previstos no referido RGPD, designadamente o direito de informação, de acesso, de retificação, de apagamento, de limitação do tratamento, de portabilidade, de oposição e de reclamação para autoridade de controlo - Comissão Nacional de Proteção de dados - Av. D. Carlos I, 134 - 1.º 1200-651 Lisboa - e-mail: geral@cnpd.pt, sem prejuízo das finalidades e prazos de conservação acima referidos. O Encarregado de Proteção de Dados pode ser contactado através do endereço de correio eletrónico dpo@cm-terrasdebouro.pt.
- f) A comunicação dos dados pessoais recolhidos constitui, requisito de cumprimento da finalidade indicada, e/ou obrigação legal e contratual, pelo que o titular está obrigado a fornecê-los e a atualizá-los.